

FRANCISCO DIRCEU BARROS

Direito ELEITORAL

15ª EDIÇÃO


EDITORA MIZUNO
QUALIDADE E SERIEDADE EM LIVROS

Direito Eleitoral - 15ª Edição

© Francisco Dirceu Barros

EDITORA MIZUNO 2023

Revisão técnica: Francisco Dirceu Barros

Revisão de Português: José Silva Sobrinho

Catálogo na publicação Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166
--

B277d Barros, Francisco Dirceu
--

Direito eleitoral / Francisco Dirceu Barros. – 15. ed. – Leme-SP: Mizuno, 2023.
--

750 p.; 17 X 24 cm

ISBN 978-65-5526-668-9

1. Direito eleitoral. 2. Eleição. I. Barros, Francisco Dirceu. II. Título.

CDD 342.8107

Índice para catálogo sistemático
--

I. Direito eleitoral

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade dos autores. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade dos autores.

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA MIZUNO

Rua Benedito Zacariotto, 172 - Parque Alto das Palmeiras, Leme - SP, 13614-460

Correspondência: Av. 29 de Agosto, nº 90, Caixa Postal 501 - Centro, Leme - SP, 13610-210

Fone/Fax: (0XX19) 3571-0420

Visite nosso site: www.editoramizuno.com.br

e-mail: atendimento@editoramizuno.com.br

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DE DIREITO ELEITORAL

1 Conceito de Direito Eleitoral.....	33
2 Origens da Justiça Eleitoral.....	33
3 Objetivo do Direito Eleitoral.....	34
4 O Valor da Legislação Eleitoral.....	34
5 Constituição de 1988 e o Direito Eleitoral.....	34
6 A Fonte do Poder.....	34
7 A Soberania Popular.....	35
7.1 Plebiscito.....	35
7.2 Referendo.....	35
7.2.1 A diferença.....	35
7.2.2 A competência.....	36
7.2.3 Matérias Vinculadas ao Plebiscito.....	36
7.3 A Iniciativa Popular.....	36
8 As Resoluções do TSE.....	37
9 O Final da Competência Eleitoral.....	39
10 A Forma de Governo, a Forma de Estado, o Sistema de Governo e o Regime de Governo.....	40
11 A Antinomia da Lei Eleitoral.....	41
12 Princípio da Anualidade.....	42
12.1 Princípio da Anualidade em Relação à Alteração da Jurisprudência Dominante do TSE.....	43
12.2 O Princípio da Anualidade e a Ultra-Atividade da Lei Eleitoral.....	45
12.3 A Ultra-Atividade da Lei Eleitoral e o Princípio da Irretroatividade da Lei Penal Eleitoral.....	45
12.4 O Caráter Primário e o Caráter Secundário do Princípio da Anualidade.....	46
12.5 A Lei da Ficha Limpa Versus o Princípio da Anualidade.....	48
12.6 A Composição do Princípio da Anualidade.....	49
13 O Princípio da Anterioridade das Resoluções.....	49
14 Gabarito.....	51
15 Observações Didáticas Constitucionais.....	51
15 As Funções da Justiça Eleitoral.....	52
16 Questões Objetivas nos Concursos.....	54
17 Gabarito das Questões Objetivas.....	60
18 Simulação.....	61

CAPÍTULO 2

A JUSTIÇA ELEITORAL

1	Noções Preliminares.....	63
1.1	Características Institucionais.....	63
1.2	Características Peculiares.....	64
2	Órgãos e Composição.....	64
3	O Princípio da Periodicidade da Investidura das Funções Eleitorais.....	65
4	O Tribunal Superior Eleitoral.....	66
4.1	Composição.....	66
4.2	Resumo Didático.....	67
4.3	O Princípio da Diversidade na Composição de seus Órgãos Colegiados.....	68
5	A Competência do TSE.....	69
5.1	Competência Originária do TSE.....	69
5.2	Competência Privativa do TSE.....	70
5.3	A Jurisdição do TSE.....	72
5.4	O TSE e o Sistema Recursal.....	72
5.5	O <i>quorum</i> de deliberação do TSE.....	72
6	Os Tribunais Regionais Eleitorais.....	72
6.1	Composição.....	72
6.2	Resumo Didático.....	73
6.3	A Indicação do Advogado para o TRE.....	73
6.4	A Eleição do Presidente e do Vice do TRE.....	75
6.5	A Eleição do Corregedor do TRE.....	75
7	A Competência do TRE.....	76
7.1	Competência Originária.....	76
7.2	Competência Privada.....	76
7.3	A Jurisdição do TRE.....	78
7.4	O TRE e o Sistema Recursal.....	78
8	O Tempo e a Possibilidade de Recondução dos Juízes dos Tribunais Eleitorais.....	78
8.1	O <i>quorum</i> de deliberação do TRE.....	79
9	Os Juízes Eleitorais.....	79
9.1	A Designação dos Juízes.....	80
9.2	Garantias dos Juízes Eleitorais.....	80
9.3	O Afastamento do Juiz Eleitoral.....	80
9.4	Atividades dos Juízes Eleitorais.....	81
9.5	A Jurisdição dos Juízes de Direito.....	81
9.5.1	Zonas Eleitorais.....	81
9.6	A Competência dos Juízes Eleitorais.....	82
9.7	A Suspeição do Juiz Eleitoral.....	83
9.8	Vedações aos Juízes Eleitorais.....	83
10	Das Juntas Eleitorais.....	84

10.1 A Origem Histórica	84
10.2 Composição	84
10.3 Competência da Junta Eleitoral	87
10.4 Os Impedimentos dos Membros das Juntas.....	87
10.5 O Impedimento entre os Integrantes da Mesma Junta.....	88
10.6 Privilégios dos Cidadãos que Servem à Junta Eleitoral	89
10.7 Garantias dos Membros das Juntas Eleitorais.....	89
10.8 Características do Juiz Componente da Junta	90
10.9 O Tempo de Duração de Uma Junta Eleitoral.....	91
11 Casos Práticos Eleitorais Superinteressantes	91
12 Questões Interessantes sobre o Tema	94
13 Testes Objetivos	99
14 Questões Objetivas de Concursos Jurídicos	104
15 Gabarito dos Testes Objetivos	122
16 Gabarito das Questões Objetivas.....	122
17 Simulação	123

CAPÍTULO 3

Ministério Público Eleitoral

1 Noções Didáticas	125
2 O Ministério Público Eleitoral.....	125
2.1 Fundamentação Legal	125
2.2 Quem Não Pode ser Designado para Exercer Função de Promotor de Justiça Eleitoral.....	127
2.2.1 Quem Deve ser Designado para Exercer Função de Promotor de Justiça Eleitoral	127
2.3 O Prazo Inicial da Investidura na Função Eleitoral	127
2.4 O Período de Vedação do Gozo de Férias ou Licença Voluntária do Promotor Eleitoral.....	127
2.5 O Procurador-Geral Eleitoral.....	128
2.5.1 A Destituição do Procurador-Geral Eleitoral	128
2.5.2 A Nomeação dos Subprocuradores-Gerais e do Vice-Procurador-Geral Eleitoral	128
2.5.3 Competências na Jurisdição Eleitoral.....	128
3 O Procurador Regional Eleitoral	129
3.1 Do Mandato e da Recondução	130
3.2 Da Destituição.....	130
3.3 As Funções do Procurador Regional Eleitoral.....	130
4 O Promotor de Justiça Eleitoral	130
4.1 Como é Realizada a Designação do Promotor de Justiça Eleitoral	130
4.2 O Tempo da Designação.....	131
4.3 Quem Não Pode ser Designado para Exercer Função Eleitoral.....	131
4.4 A Destituição do Promotor de Justiça Eleitoral.....	131
4.5 O Lapso Temporal Mínimo da Investidura na Função Eleitoral	132
4.6 A Vedação do Gozo de Férias.....	132

4.7 O Valor da Gratificação Eleitoral.....	132
5 O Ministério Público Eleitoral e o Acesso às Informações Constantes no Cadastro de Eleitores.....	132
6 Principais Atividades do Promotor de Justiça Eleitoral.....	133
6.1 Participação nas Reuniões Judiciárias.....	135
6.2 O Exercício da Ação Pública.....	135
7 O Início da Ação Penal Eleitoral.....	135
7.1 O Princípio da Oficialidade.....	135
8 O Ministério Público na Fase de Execução.....	136
9 O Ministério Público na Fase Recursal.....	137
10 Outras Funções Desempenhadas pelo Promotor de Justiça Eleitoral.....	137
10.1 Defensor da Jurisdição Eleitoral.....	137
10.2 Requisitar Diligências, Certidões e Esclarecimentos Necessários ao Desempenho de suas Atribuições.....	137
10.3 Formular Reclamações sobre a Constituição de Mesas Receptoras.....	138
10.4 Assistir às Perícias sobre a Arguição de Violação de Urna.....	138
10.5 Impugnar Registro de Candidatos.....	138
10.5.1 A Obrigatoriedade da Impugnação.....	139
10.6 Oficiar nos Registros dos Estatutos de Partidos.....	139
10.7 Promover o Cancelamento do Registro de Partido Político.....	139
11 Da Suspeição, do Impedimento, da Incompatibilidade do Promotor Eleitoral.....	139
12 Princípios do Ministério Público Eleitoral.....	140
12.1 Princípio da Federalização.....	140
12.2 Princípio da Delegação.....	141
12.3 Fundamento do Princípio da Delegação.....	141
12.4 Princípio da Excepcionalidade.....	141
13 O Ministério Público e o Exercício de Atividade Político-Partidária.....	141
14 Questões Interessantes sobre o Tema.....	143
15 Casos Práticos Eleitorais Superinteressantes.....	146
16 Questões Objetivas de Concursos.....	152
17 Gabarito das Questões Objetivas.....	155
18 Simulação.....	155

CAPÍTULO 4

DO ALISTAMENTO ELEITORAL, DO DOMICÍLIO ELEITORAL, DA RETIFICAÇÃO DO TÍTULO, DA SEGUNDA VIA, DA TRANSFERÊNCIA, DA PERDA E EXTRAVIO DO TÍTULO

1 Noções Didáticas.....	157
1.1 Da Qualificação.....	157
1.2 Da Inscrição.....	157
2 O Alistamento Eleitoral.....	158
2.1 Os Inalistáveis.....	158
2.2 O Naturalizado Brasileiro e o Alistamento.....	160
2.3 Exceções Quanto à "Obrigatoriedade" do Alistamento.....	162

2.3.1 Isentos do Alistamento.....	163
2.4 Do Requerimento de Alistamento	163
2.5 Do Encerramento do Alistamento.....	166
3 Do Domicílio Eleitoral.....	167
3.1 A Origem da Exigência do Domicílio Eleitoral.....	169
4 Da Vinculação do Eleitor	169
5 Da Retificação do Título.....	170
6 Da Segunda Via	170
6.1 O Procedimento.....	170
6.2 A Segunda Via do Eleitor que Estiver Fora do seu Domicílio Eleitoral	171
6.3 O Tempo para Retirar a Segunda Via Quando o Eleitor Estiver Fora de seu Domicílio Eleitoral.....	171
6.4 O Valor da Segunda Via.....	172
6.5 Condição à Expedição da Segunda Via	172
6.6 A Competência em Caso de Mudança de Domicílio	172
7 Da Transferência	172
7.1 As Condições da Transferência.....	172
7.2 O Tempo do Requerimento.....	172
8 O Procedimento no Caso de Perda ou Extravio do Título Anterior	175
9 O Recurso Contra a Denegação do Pedido de Transferência	175
9.1 O Procedimento.....	176
10 O Arquivamento do Processo de Transferência.....	177
10.1 O Procedimento do Juiz.....	177
10.2 Impedimento ao Pedido de Transferência.....	177
11 Entendimento Sumulado pelo TSE	178
12 Pequena Revisão Didática	178
13 Questões Interessantes sobre o Tema	178
14 Questões Objetivas de Concursos.....	182
15 Casos práticos eleitorais superinteressantes	187
16 Gabarito das Questões Objetivas.....	189
17 Simulação	190

CAPÍTULO 5

CANCELAMENTO E EXCLUSÃO

1 Noções Preliminares.....	191
2 As Causas do Cancelamento e da Exclusão	192
2.1 A Legitimidade para Propor o Cancelamento e a Exclusão.....	195
2.2 A Exclusão por Óbito	195
2.3 A Exclusão pela Pluralidade de Inscrição	196
3 O Processamento da Exclusão e do Cancelamento	196
3.1 As Providências do Cartório	197
3.2 O Recurso da Exclusão e do Cancelamento.....	197

3.3 A Fiscalização Partidária	198
3.4 Previsão Legal da Fiscalização Partidária	198
4 Resumo Didático	198
5 Questões Subjetivas Interessantes	198
6 Questões Objetivas de Concursos	200
7 Gabarito das Questões Objetivas	202
8 Simulação	202

CAPÍTULO 6

CAPACIDADE POLÍTICA

1 Noções Preliminares	203
1.1 Aquisição da Capacidade Política	203
1.2 Requisitos à Capacidade Política	203
2 Os Direitos Políticos	204
2.1 A Essência do Direito Político	204
3 Prerrogativa para Quem Está no Gozo de Direitos Políticos	204
4 Restrição para Quem Não está no Gozo dos Direitos Políticos	204
4.1 A Capacidade Eleitoral Ativa e os Direitos Políticos Negativos	205
5 A Cassação dos Direitos Políticos	205
5.1 Dissenso Doutrinário	206
5.2 A Disposição Autoaplicável	206
6 Perda dos Direitos Políticos	206
6.1 A Competência	207
7 Suspensão dos Direitos Políticos	207
7.1 Comentários Didáticos	208
7.1.1 Recusa de Cumprimento de Obrigação	208
7.1.2 Perda da Capacidade Civil	209
7.1.3 Condenação Criminal	210
7.1.4 Improbidade Administrativa	224
7.1.5 Documentos Comprobatórios de Reaquisição ou Restabelecimento de Direitos Políticos	225
8 Entendimentos Sumulados pelo TSE	226
9 Questões Subjetivas Interessantes	227
10 Questões Objetivas	228
11 Caso Prático Eleitoral Superinteressante	230
12 Gabarito das questões objetivas	232
13 Simulação	232

CAPÍTULO 7

O SUFRÁGIO, O VOTO E OS SISTEMAS ELEITORAIS

1 Noções Didáticas	233
1.1 Quadro Exemplificativo	234
2 A Importância do Voto	234
2.1 A Diferença entre Sufrágio e Voto	234

2.2 Características do Voto.....	235
2.3 Parâmetros Constitucionais do Voto.....	236
2.4 Classificação do Voto	238
2.5 Modalidades de Votos	238
2.6 A Forma do Voto	239
2.7 O Sigilo do Voto	239
2.8 Sanções ao Inadimplemento.....	239
2.9 Isenção do Voto	240
2.10 A Justificação.....	241
3 O Plebiscito, o Referendo e a Iniciativa Popular.....	244
4 Das Espécies de Votos	244
4.1 Sistemas Eleitorais.....	244
4.1.1 Conceito	244
4.1.2 As Espécies de Sistemas.....	245
4.1.2.1 O sistema majoritário	245
4.1.2.1.1 As Espécies de Sistema Majoritário	246
4.1.2.2 O Sistema Proporcional (ou Representação Proporcional)	246
4.1.2.2.1 Vantagens do Sistema (Representação) Proporcional	247
4.1.2.2.2 Desvantagens do Sistema (Representação) Proporcional	247
4.1.2.3 Os Processos Técnicos da Representação Proporcional	248
4.1.3 Distribuição das Sobras	251
4.1.4 Simulação	252
4.1.5 O Sistema Distrital	255
4.1.5.1 Vantagem do Sistema Distrital	255
4.1.6 Espécies de Sistema Distrital	255
4.1.7 O Processo da Escolha dos Eleitos no Sistema Distrital	256
4.1.8 Candidatura de Vice Independente	257
5 Questões Subjetivas Importantes.....	257
6 Questões Objetivas de Provas de Concursos.....	263
7 Casos Práticos Eleitorais Superinteressantes	272
8 Gabarito das Questões Objetivas	273
9 Simulação.....	274

CAPÍTULO 8

A ELEGIBILIDADE E A INELEGIBILIDADE

1 Noções Preliminares.....	275
1.1 A Importância da Teoria das Inelegibilidades	275
1.2 Condições de Elegibilidade Próprias e Impróprias.....	276
2 Inelegibilidade.....	276
3 Elegibilidade e Inelegibilidade	277
4 Inelegibilidades absolutas e relativas.....	279

5 Os Princípios Básicos Referentes à Inelegibilidade	283
5.1 Os Casos de Inelegibilidade	294
6 Das Ações Eleitorais	302
6.1 AIRC – Ação de Impugnação de Registro de Candidatura.....	302
6.1.1 O Objetivo da AIRC.....	302
6.1.2 As Causas de Pedir que Ensejam a AIRC.....	302
6.1.2.1 O Momento Oportuno para Verificação das Condições de Elegibilidade e das Causas de Inelegibilidade.	303
6.1.3 Previsão Legal da AIRC	303
6.1.4 Legitimidade Ativa da AIRC.....	303
6.1.4.1 A Notícia de Inelegibilidade	303
6.1.4.2 A Inaplicabilidade da Súmula nº 11 do TSE ao Ministério Público Eleitoral	304
6.1.4.3 Possibilidade da Arguição de Uma Inelegibilidade Ex Officio	304
6.1.4.4 Análise da Capacidade Postulatória	304
6.1.4.5 Vedação para o Partido ou a Coligação Apresentar Impugnação aos seus Próprios Filiados.....	304
6.1.4.6 Vedação para o Partido Político Integrante de Coligação Impugnar Isoladamente Registro de Candidatura	304
6.1.4.7 Quando é Permitido ao Partido ou Coligação, que Não Impugnou o Registro, Recorrer da Decisão que o Defere	304
6.1.4.8 Quando o Ministério Público Eleitoral não pode impugnar	305
6.1.4.9 Quando Será Possível um Partido Coligado Atuar de Forma Isolada	305
6.1.5 Legitimidade Passiva da AIRC	306
6.1.6 Prazo para Interposição da AIRC.....	306
6.1.7 Competência para Julgar AIRC	306
6.1.8 Efeito da Procedência da AIRC.....	307
6.1.8.1 A Teoria da Conta e do Risco	308
6.1.8.2 A Teoria da Conta e do Risco <i>Versus</i> A Antecipação Da Tutela.....	308
6.1.9 Do litisconsórcio ativo e passivo	308
6.1.9.1 Litisconsórcio ativo	309
6.1.9.2 Litisconsórcio Passivo	309
6.1.10 Teoria das Inelegibilidades Extemporâneas.....	310
6.2 AIJE (<i>Ação de Investigação Judicial Eleitoral</i>).....	310
6.2.1 A Importância da AIJE.....	310
6.2.2 Para que Serve a AIJE	310
6.2.3 Previsão Legal da AIJE	311
6.2.4 Natureza Jurídica da AIJE.....	311
6.2.5 Capacidade Postulatória	311
6.2.6 Legitimidade Ativa da AIJE.....	312
6.2.6.1 Análise do Eleitor como Agente Ativo da AIJE.....	312
6.2.6.2 Análise da Possibilidade da Formação de Litisconsórcio Ativo	312
6.2.7 Litisconsórcio Ativo e Prazo em Dobro	312
6.2.8 Análise da Possibilidade de o Partido Coligado Ajuizar Investigação Judicial Eleitoral	312

6.2.9	Análise da Possibilidade de um Candidato à Eleição Proporcional Impugnar Candidato da Eleição Majoritária.....	312
6.2.10	Análise da Possibilidade de um Candidato a Vice-Prefeito ou Vicegovernador Impugnar Candidatura Sozinho.....	313
6.2.11	Análise da Possibilidade de um Partido Político que Não Esteja Participando de um Pleito Eleitoral Propor a AIJE.....	313
6.2.12	Análise da Possibilidade de Uma Coligação Formada para Eleição Majoritária Impugnar Candidatos da Eleição Proporcional.....	313
6.2.13	Análise da Possibilidade do Ajuizamento pela Coligação de uma AIJE sem a Anuência de um dos Partidos Integrantes da Composição.....	313
6.2.14	Análise da Possibilidade do Ajuizamento pela Coligação de uma AIJE após a Diplomação.....	314
6.2.15	Análise da Possibilidade de um Partido Político Prosseguir com a Ação Proposta por uma Coligação que foi Extinta.....	314
6.2.16	Requisitos para que o Candidato Possa Propor a AIJE.....	314
6.2.17	Legitimidade Passiva da AIJE.....	315
6.2.18	Legitimidade Passiva e a Possibilidade de Formação do Litisconsórcio Passivo Necessário.....	316
6.2.19	Prazo para Interposição da AIJE.....	317
6.2.19.1	Prazo Inicial.....	317
6.2.19.2	O prazo final.....	318
6.2.20	Competência para Julgar a AIJE.....	319
6.2.20.1	Competência e Foro por Prerrogativa de Função.....	320
6.2.21	Dos Efeitos da AIJE Julgada Procedente.....	320
6.2.21.1	Efeitos Principais.....	320
6.2.21.2	Efeito Secundário.....	321
6.2.21.3	A Impossibilidade de o Efeito da Procedência da AIJE Ser Somente a Inelegibilidade.....	321
6.2.22	Dos Efeitos dos Recursos Interpostos da Sentença que Julga a AIJE.....	322
6.2.22.1	Efeito do Recurso que Julga a AIJE Quando esta é Usada para Apurar Uso Indevido, Desvio ou Abuso do Poder Econômico ou do Poder de Autoridade, ou Utilização Indevida de Veículos ou Meios de Comunicação Social em Benefício de Candidato ou de Partido Político.....	322
6.2.23	Questões Importantes sobre o Procedimento da AIJE.....	323
6.2.24	A AIJE e a Potencialidade Lesiva.....	325
6.2.25	A AIJE e o Não Cabimento do Julgamento Antecipado da Lide.....	325
6.2.26	A prova pré-constituída na AIJE.....	326
6.2.27	Crime Eleitoral na Arguição de Inelegibilidade de Má-Fé.....	326
6.2.28	A AIJE e os Recursos.....	326
6.3	AIME (Ação de Impugnação de Mandato Eletivo).....	327
6.3.1	Para que Serve a AIME?.....	327
6.3.2	Previsão Legal da AIME.....	330
6.4	RCD (Recurso Contra a Diplomação).....	345
7	Das Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Campanhas Eleitorais.....	359
7.1	O Conceito de Agente Público.....	361
7.2	As Consequências do Descumprimento das Vedações.....	362
7.3	Conduta Vedada com Abuso de Autoridade.....	362

7.4 O Período em que é Vedada a Contratação de <i>Shows</i> Artísticos Pagos com Recursos Públicos.....	363
7.5 Vedação à Participação em Inaugurações de Obras Públicas	363
8 Entendimentos Sumulados pelo TSE	363
9 Questões Interessantíssimas sobre Elegibilidade.....	368
10 Testes Objetivos	376
11 Questões Objetivas de Concursos.....	378
12 Casos Práticos Eleitorais Superinteressantes	394
13 Gabarito dos Testes Objetivos	417
14 Gabarito das Questões Objetivas.....	417
15 Simulação	418

CAPÍTULO 9

PARTIDOS POLÍTICOS

1 Noções Preliminares	421
2 Principais Características	421
2.1 Preceitos que Devem ser Observados pelos Partidos Políticos.....	422
3 A Autonomia dos Partidos.....	422
4 Natureza e Finalidade do Partido Político.....	423
5 O Registro dos Partidos Políticos	423
5.1 Resumo Didático das Condições para Criação de um Partido Político	424
6 O Procedimento de Criação de um Partido.....	425
6.1 A Natureza Jurídica do Procedimento do Registro Partidário Conforme o STF	426
6.2 Cláusula de Barreira	426
7 Os Órgãos Partidários	427
7.1 A Responsabilidade do Órgão Partidário	427
8 Das Futuras Alterações.....	428
9 Do Credenciamento de Delegados	428
10 Privilégios dos Partidos Políticos	428
10.1 Os Recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha	430
10.2 Outras Disposições Gerais sobre as Doações.....	430
10.3 Vedações nos Programas de Rádio e Televisão	432
11 Vedações aos Partidos Políticos.....	432
12 O Acesso aos Partidos Políticos.....	434
12.1 Da Filiação Partidária	435
12.2 Espécies de Desfiliação Partidária	437
12.3 Como Fazer a Desfiliação do Partido.....	438
13 A Extinção dos Partidos	439
13.1 Cancelamento do Partido Político	440
13.2 Legitimidade para Propor o Cancelamento do Partido Político	440
14 Convenções Partidárias.....	441
14.1 As Convenções Partidárias e o Início do Processo Eleitoral	441

14.2	Das Coligações	442
14.3	Outras Regras que Devem ser Observadas na Formação de Coligações	442
14.4	A Data da Escolha dos Candidatos pelos Partidos e a Deliberação sobre Coligações	443
14.5	Do Registro de Candidatos	444
14.6	A Obrigatoriedade do Preenchimento dos Percentuais para Candidatura de cada Sexo	444
14.7	A Data-Limite para os Partidos e as Coligações Solicitarem à Justiça Eleitoral o Registro de seus Candidatos ..	445
14.8	A Instrução do Pedido de Registro	445
14.9	A Prioridade dos Registros e as Consequências	446
14.10	A Necessidade de Inscrever os Candidatos no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica	447
14.11	Da Certidão de Quitação Eleitoral	447
14.12	Como serão as Eleições no Caso de Indeferimento do Pedido de Registro	448
14.13	Casos Práticos Eleitorais Superinteressantes	449
14.14	O Princípio da Verticalização das Coligações	452
15	A Sanção por Desaprovação Total ou Parcial da Prestação de Contas do Partido	453
15.1	A Sanção pela Falta de Prestação de Contas do Partido	454
16	A Fiscalização sobre a Prestação de Contas do Partido e das Despesas de Campanha Eleitoral	454
16.1	O Objetivo da Fiscalização sobre a Prestação de Contas do Partido e das Despesas de Campanha Eleitoral	454
17	Da Prestação de Contas dos Candidatos	454
17.1	As Atividades que os Comitês Deverão Fazer ao Receber as Prestações de Contas dos Candidatos às Eleições Majoritárias e dos Candidatos às Eleições Proporcionais que Optarem por Prestar Contas por seu Intermédio	455
17.2	A Apreciação das Contas pela Justiça Eleitoral	456
17.3	O Recurso da Decisão que Julgar as Contas Prestadas pelos Candidatos	456
17.4	Consequência da Procedência da Investigação Judicial Eleitoral para Apurar Irregularidades Relativas à Arrecadação e aos Gastos de Recursos	456
17.5	Das Sobras de Recursos Financeiros	457
18	Divisão das Eleições no Brasil	458
18.1	Quadro Didático sobre a Duração dos Mandatos	458
19	As Espécies de Convenções	458
20	Competência para o Registro dos Candidatos	459
21	As Consequências da Duplicidade de Filiação	459
22	Da Federação Partidária	461
23	Entendimentos Sumulados pelo TSE	461
24	Questões Interessantes sobre Partidos Políticos	463
25	Testes Objetivos	475
26	Questões Objetivas de Concursos	476
27	Casos Práticos Eleitorais Superinteressantes	487
28	Gabarito dos Testes Objetivos	493
29	Gabarito das Questões Objetivas	493
30	Simulação	494

CAPÍTULO 10

DA PROPAGANDA POLÍTICA

1	Noções Preliminares	495
1.1	Conceito de Propaganda	495
2	O Gênero e as Espécies de Propaganda	495
2.1	Questão Eleitoral Superinteressante	497
3	Os Princípios que Regem a Propaganda Política	498
3.1	O Princípio da Legalidade da Propaganda	498
3.2	O Princípio da Liberdade da Propaganda	498
3.3	O Princípio da Responsabilidade da Propaganda	499
3.4	O Princípio Igualitário da Propaganda	499
3.5	O Princípio da Disponibilidade da Propaganda Lícita	499
3.6	O Princípio do Controle Judicial da Propaganda	499
4	A Boca de Urna	499
4.1	A Fundamentação da Proibição dos Cem Metros na Boca de Urna	499
4.2	A Boca de Urna como Crime	500
5	Divisão da Propaganda Quanto à Possibilidade de Aplicação de Sanção	500
5.1	Atos que Não são Considerados Propaganda Eleitoral Antecipada	502
5.1.1	Especificação dos Atos que Não Configuram Propaganda Eleitoral Antecipada	502
6	A Propaganda Eleitoral e o Ministério Público	503
7	O Poder de Polícia e a Propaganda	504
8	Propaganda em Rádio e TV	505
9	Da Propaganda Eleitoral em Geral	505
9.1	A Propaganda Eleitoral	505
9.2	O Fim do Período da Propaganda Eleitoral	506
10	A Lei Nº 9.504/1997 Inovou a Propaganda Eleitoral	506
10.1	Da Propaganda Intrapartidária	506
10.2	A Vedação da Propaganda Gratuita	506
10.3	A Vedação à Pichação, à Inscrição a Tinta e à Veiculação de Propaganda	506
10.4	A Propaganda em Bens Particulares e Públicos	507
10.5	A Propaganda nas Dependências do Poder Legislativo	508
10.6	A Definição de Bens de Uso Comum para Fins Eleitorais	508
10.7	Vedações da Propaganda em Árvores e nos Jardins Localizados em Áreas Públicas, Bem como em Muros, Cercas e Tapumes Divisórios	508
10.8	A Propaganda por Meio de Cavaletes, Bonecos, Cartazes, Mesas para Distribuição de Material de Campanha e Bandeiras ao Longo das Vias Públicas	508
10.8.1	A Propaganda Eleitoral pela Distribuição de Folhetos, Volantes e Outros Impressos	508
10.9	A Propaganda Partidária ou Eleitoral em Recinto Aberto ou Fechado	509
10.10	O Tempo de Comunicação de Eventos	509
10.11	O Tempo de Funcionamento de Alto-Falantes ou Amplificadores de Som	509
10.12	A exceção	509

11 As Implicações da Falta de Ética na Captação de Sufrágio	509
11.1 As Propagandas Não Toleradas	511
12 Vedação à Propaganda Eleitoral Mediante <i>Outdoors</i>	512
12.1 Vedação à Utilização de Trios Elétricos	512
12.2 A Propaganda Eleitoral e as Permissões e Vedações no Dia das Eleições	512
13 Da Propaganda Eleitoral na Imprensa	513
14 A Propaganda Eleitoral no Rádio e na Televisão	513
14.1 Sanções à Inobservância do Acima Preconizado	514
14.2 A Ausência Permitida nos Debates	515
14.3 A Vedação em Mais de um Debate	516
14.4 A Veiculação de Propaganda Eleitoral Gratuita nas Localidades Apts à Realização de Segundo Turno	516
15 A Vedação aos Cortes	516
16 A Vedação à Propaganda Degradante	516
17 O Direito de Resposta	517
17.1 Do Direito de Resposta na Lei Nº 9.405/1997	517
17.2 Os Prazos do Direito de Resposta	517
17.3 O Procedimento do Direito de Resposta	517
18 A Forma das Representações Eleitorais	520
18.1 Duas Regras Novas sobre a Representação que Irá Apurar a Propaganda Irregular	520
19 Regras Gerais sobre a Propaganda no Horário Destinado aos Candidatos às Eleições Proporcionais ou na Propaganda das Candidaturas a Eleições Majoritárias	521
20 Das Pesquisas de Opinião Pública	521
21 A Reforma Eleitoral e as Principais Regras da Propaganda na Internet	523
22 Disposições Gerais sobre a Propaganda Lícita	525
22.1 A Problemática do <i>Outdoor</i>	525
22.1.1 Requisitos para Configuração de um <i>Outdoor</i>	525
22.2 A Problemática da Propaganda em Bens Particulares	528
22.3 O Uso das Bandeiras na Propaganda Eleitoral	528
22.3.1 A Problemática da Dimensão da Bandeira	529
22.4 Propaganda nos Bens Cujo Uso Dependia de Cessão ou Permissão do Poder Público, ou que a Ele Pertenciam, e nos Bens de Uso Comum	529
22.4.1 Efeito da Retirada Tempestiva nos Bens Cujo Uso Dependia de Cessão ou Permissão do Poder Público, ou que a Ele Pertenciam, e nos Bens de Uso Comum	529
22.4.2 Efeito da Retirada Tempestiva da Propaganda Irregular nos Bens Particulares	530
22.5 As Inscrições na Fachada das Sedes e Dependências do Partido	530
22.5.1 Inscrições na Sede do Comitê Central de Campanha Realizadas por Candidatos, Partidos e Coligações	530
22.5.2 Inscrições nos Demais Comitês de Campanha	531
22.6 O Uso do Nome do Candidato com Expressões, Símbolos, Imagens, Cargo ou Função Pública ou Siglas que Façam o Elo entre o Candidato e o Trabalho que Ele Desenvolve em Qualquer Órgão da Administração Pública Direta, Indireta Federal, Estadual, Distrital e Municipal	531
22.7 O Crime de Uso na Propaganda Eleitoral de Símbolos, Frases ou Imagens Associadas a Entidades Públicas ...	533
23 Entendimentos Sumulados pelo TSE	533

24	Questões Interessantes sobre Propaganda.....	534
25	Questões Objetivas de Concursos.....	544
26	Gabarito das Questões Objetivas.....	555
27	Simulação.....	556
28	Casos Práticos Eleitorais Superinteressantes.....	556
29	Aspectos Práticos das Convenções Partidárias e da Propaganda Intrapartidária.....	560
29.1	Permissão da Propaganda Intrapartidária.....	560
29.2	Extrapolação dos Limites da Propaganda Intrapartidária.....	560
29.3	Direção da Propaganda Intrapartidária.....	560
29.4	Convenção Intrapartidária Ostensiva com Potencial de Atingir os Eleitores em Geral.....	560
29.4.1	Discursos Realizados no Âmbito da Convenção Partidária.....	560
29.4.2	Entrevistas Realizadas no Âmbito da Convenção Partidária e Retransmitidas para Fora da Convenção.....	560
29.5	Carros de Som Usados na Convocação da Convenção.....	561
29.6	Convenção e o Uso de Telão para Retransmitir os Atos Convencionais.....	561
29.7	Convenção e as Remessas de Mensagens Eletrônicas, Remessa de Cartas, Utilização de Faixas e Cartazes, Distribuição de Folhetos aos Filiados.....	561
29.8	A Problemática da Delimitação do Espaço Permitido na Propaganda Intrapartidária.....	561
29.9	Propaganda Extemporânea Remanescente da Intrapartidária.....	562

CAPÍTULO 11

ATOS PREPARATÓRIOS À VOTAÇÃO

1	Noções Preliminares.....	565
1.1	Zonas Eleitorais e Seções.....	565
2	As Mesas Receptoras.....	566
2.1	Composição.....	566
2.2	Nomeação da Mesa.....	567
2.3	Da Impugnação da Nomeação dos Membros da Mesa.....	567
2.4	Os Impedimentos.....	568
2.5	Penalidade para Quem Não Declarar Impedimentos.....	569
2.6	A Instrução dos Mesários.....	569
2.7	Da Substituição do Presidente.....	569
2.8	A Sanção pelo Não Comparecimento.....	569
2.9	A Falta dos Integrantes da Mesa.....	570
2.10	Da Impossibilidade de Realização do Pleito.....	570
2.11	Atribuições do Presidente da Mesa.....	570
2.12	Atribuições do Secretário da Mesa.....	571
2.13	Atribuições dos Mesários.....	571
3	Da Fiscalização das Eleições.....	572
4	Crimes.....	573
5	Da Dispensa do Serviço.....	574
6	O Poder de Polícia nos Atos Preparatórios à Votação.....	574

7 Da Votação.....	575
7.1 Votos em Separado.....	575
7.2 Casos do Voto em Separado.....	575
7.3 Do Voto em Trânsito.....	576
8 Do Sistema Eletrônico de Votação e da Totalização dos Votos.....	577
8.1 O Voto de Legenda na Eleição Proporcional	578
8.2 A Sequência do Painei.....	578
8.3 A Impressão do Voto	578
8.4 Do Treinamento	578
8.5 O Sigilo da Urna Eletrônica.....	579
8.6 O Momento da Votação	579
8.7 O Tempo da Votação	579
8.8 Proclamação e Diplomação dos Eleitos	579
8.9 Competência para Diplomação	579
8.10 Efetivação da Proclamação.....	579
8.11 O que Deve Conter o Diploma	579
8.12 O Diploma do Suplente	580
8.13 Impedimento à Diplomação.....	580
8.14 O Diploma em Caso de Recurso.....	580
8.15 A Revisão e Correção das Zonas Eleitorais.....	581
8.16 A Requisição de Espaço na Mídia para a Divulgação de Comunicados, Boletins e Instruções ao Eleitorado pela Justiça Eleitoral	581
8.17 A Prioridade dos Feitos Eleitorais	582
9 Questões Interessantes sobre a Matéria.....	583
10 Casos Práticos Eleitorais Superinteressantes	584
11 Testes Objetivos	587
12 Questões Objetivas de Concursos.....	588
13 Gabarito dos Testes Objetivos	592
14 Gabarito das Questões Objetivas.....	592
15 Simulação	592

CAPÍTULO 12

DA INVALIDADE DE ATOS ELEITORAIS

1 Noções Preliminares.....	593
1.1 O Conceito de Nulidade	593
2 Os Atos Nulos e Anuláveis	594
3 O Ato Nulo	594
3.1 O Efeito da Declaração Judicial do Ato Nulo.....	594
3.2 A decretação <i>ex officio</i> do ato nulo.....	595
3.3 Como é Anunciado o Ato Nulo no Direito Eleitoral.....	595
3.4 Nulidades no Código Eleitoral.....	595

4 Do Ato Anulável.....	597
4.1 Anulabilidades no Código Eleitoral.....	598
5 A Preclusão.....	598
6 Quadro Didático.....	599
7 A Manifestação Apócrifa do Eleitor.....	600
8 Questões Subjetivas Importantes.....	601
9 Questões Objetivas de Concursos.....	601
10 Gabarito das Questões Objetivas.....	602
11 Casos Práticos Eleitorais Superinteressantes.....	603
12 Simulação.....	604

CAPÍTULO 13

RECURSOS ELEITORAIS

1 Noções Gerais.....	605
2 As Decisões que Comportam Recursos.....	606
3 Fundamentos Recursais.....	607
4 Da Sucumbência.....	607
5 As Características do Recurso.....	607
6 Da Preclusão.....	608
6.1 A Vantagem da Preclusão.....	608
6.2 Os Tipos de Preclusão.....	609
6.3 Caso Prático de Preclusão na Jurisprudência.....	609
6.4 Duas Observações Didáticas sobre Preclusão.....	610
7 Efeito Recursal.....	610
8 Dos Prazos Recursais Eleitorais.....	613
8.1 Previsão Legal.....	613
8.2 Como Fazer a Contagem dos Prazos Recursais.....	616
8.3 Regra Geral para os Prazos Recursais.....	619
9 Classificação dos Recursos Eleitorais.....	620
9.1 Estudo Específico dos Recursos.....	621
9.1.1 Apelação Eleitoral.....	621
9.1.2 O Recurso Interposto sem as Razões.....	621
9.1.3 Casos em que Cabem Recursos de Apelação.....	622
9.2 Recurso Inominado Eleitoral.....	623
9.2.1 O Juízo de Retratação.....	623
9.2.2 Previsão Legal e Procedimento.....	624
9.2.3 Casos em que Cabe Recurso Inominado.....	624
9.3 O Recurso Ordinário Eleitoral.....	626
9.3.1 Cabimento do Recurso Ordinário.....	626
9.4 Recurso Especial Eleitoral.....	627
9.4.1 O Prequestionamento no Recurso Eleitoral Especial.....	628

9.4.2 O Procedimento.....	628
9.4.3 Do Prazo	629
9.5 Os Embargos de Declaração Eleitoral	629
9.5.1 O Juízo de Retratação	629
9.5.2 Previsão Legal.....	629
9.6 Carta Testemunhável Eleitoral.....	631
9.7 O Recurso Extraordinário Eleitoral	632
9.7.1 Cabimento.....	632
9.7.2 O prazo.....	633
9.8 Embargos de Nulidade e Infringentes Eleitorais	633
9.9 O Agravo de Instrumento	634
9.9.1 A Formulação do Agravo	635
9.9.2 O Procedimento.....	635
9.10 Recurso em Sentido Estrito Eleitoral.....	636
9.10.1 As Hipóteses de Cabimento.....	636
9.10.2 Procedimento	637
9.11 Agravo de Execução Eleitoral.....	638
9.11.1 Previsão Legal	638
9.11.2 As Hipóteses de Cabimento.....	638
9.12 Recurso Partidário Interno	639
10 Ações Eleitorais Especiais	639
10.1 <i>Habeas Data</i> Eleitoral	639
10.1.1 Previsão Legal.....	640
10.1.2 Procedimento	641
10.2 Mandado de Injunção Eleitoral	641
10.2.1 Previsão legal.....	641
10.3 Revisão Criminal Eleitoral.....	641
10.3.1 Previsão Legal.....	642
10.3.2 As Hipóteses de Cabimento.....	642
10.4 Ação Rescisória Eleitoral.....	642
10.4.1 A Competência para Julgar a Ação Rescisória.....	644
10.5 O <i>Habeas Corpus</i> no Direito Eleitoral	644
10.5.1 A Competência para Julgar o <i>Habeas Corpus</i> Eleitoral	644
10.6 O Mandado de Segurança Eleitoral	645
10.6.1 A Legitimação Passiva e Ativa	645
11 Entendimentos Sumulados pelo TSE	647
12 Questões Interessantes sobre a Matéria.....	649
13 Testes Objetivos	654
14 Questões Objetivas de Concursos.....	657
15 Gabarito dos Testes Objetivos	664
16 Gabarito das Questões Objetivas.....	664
17 Simulação.....	665

CAPÍTULO 14

CRIMES ELEITORAIS

1. Noções Preliminares.....	667
2. Conceito de Crime	667
2.1. Divergência Doutrinária	667
3. Os Crimes Eleitorais	668
3.1. Classificação	668
3.2. A Lei Eleitoral Intermitente	678
3.3. Divisão das Leis Eleitorais Intermitentes	678
3.4. Característica das Leis Intermitentes	678
3.5. Do Tempo do Crime Eleitoral	679
3.6. Do Lugar do Crime Eleitoral	679
3.7. A Ação Penal nos Crimes Eleitorais	679
3.8. A Pena Mínima no Direito Eleitoral	680
3.9. Atenuantes e Agravantes.....	680
3.10. A Pena de Multa	680
4. As Espécies de Crimes Eleitorais.....	680
4.1. Atribuição para Realização do Inquérito em Crime Eleitoral	681
4.2. Como Identificar um Crime Eleitoral	682
4.3. Crimes Eleitorais Mutantes Transconfigurados.....	683
4.4. Crimes Eleitorais que Não Admitem Tentativa.....	683
4.5. Crimes Eleitorais com Pena Reflexa.....	684
4.6. Crimes Eleitorais Fixos	684
4.7. Crimes Eleitorais Involutivos	684
4.8. Crimes Eleitorais Ultra-Ativos	685
4.9. Crime Eleitoral Formal	685
4.10. Crime Eleitoral Material	685
4.11. Crimes Eleitorais Comuns	686
4.12. Crimes Eleitorais Próprios.....	686
4.13. Crime Eleitoral de Congruência Absoluta (ou Atentado)	686
4.14. Crime Eleitoral de Preceito Primário Remetido: Ocorre Quando a sua Definição Legal Reporta-se a Outros Delitos, que Passam a Integrá-lo.....	686
4.15. Crime Eleitoral de Preceito Secundário Remetido: Ocorre Quando a sua Pena Reporta-se a Outros Delitos....	687
5. A Conexão dos Crimes Eleitorais	687
5.1. Conceito de Conexão	687
5.2. O Efeito da Conexão.....	687
6. Observações Didáticas	691
7. Das Garantias Eleitorais	692
7.1. A Prisão do Eleitor.....	692
7.2. A Legitimidade para Denunciar o Abuso de Poder.....	692
7.3. A Força Pública no Edifício	693

8. Questões Interessantes sobre a Matéria	693
9. Casos Práticos Eleitorais Superinteressantes.....	698
10. Questões Objetivas de Concursos.....	709
11. Gabarito das Questões Objetivas	716
12. Simulação.....	716

CAPÍTULO 15

Revisão Didática	717
-------------------------------	------------

REFERÊNCIAS	739
--------------------------	------------

ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO	741
--	------------